

## Guerra do Contestado: marca o fim e o início de modelos de desenvolvimento na região Oeste Catarinense\*

*Milton Cleber Pereira Amador\*\**

No início do século XX, entre 1912 e 1916, na área então disputada pelos estados do Paraná e Santa Catarina, denominada região do Contestado, uma luta camponesa pela posse da terra levou às armas cerca de 20 mil pessoas, gerando um dos maiores conflitos, sociais da história do país. Os caboclos, população que habitava a região se revoltou contra os governos estaduais, que promoviam a concentração da terra em benefício dos grandes fazendeiros. Também a revolta ocorreu contra o governo federal, que concedeu uma extensa área de terra à empresa norte-americana – Brazil Railway company - responsável pela construção do trecho da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, que ligava o sul com o sudeste do Brasil.

Foi um fenômeno de ordem econômica e política que provocou profundas mudanças sociais na região oeste catarinense e, principalmente, para a população cabocla. A construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande inicialmente tinha como objetivo a ligação entre o sul e o sudeste, que era uma pretensão ainda dos tempos do Império. O espaço era pouco povoado, se caracterizando, principalmente como um instrumento de segurança nacional, visto que serviria para o imediato envio de tropas militares caso se concretizasse a suposição sempre existente de uma possível invasão argentina num território cujos limites nunca estiveram bem definidos. A questão remonta ao Tratado de Madri, assinado em 1750 por Portugal e Espanha. A dúvida estava na área então compreendida entre os rios, Peperi-Guaçu e Chapecó, que hoje compreende parte do território oestino do Paraná e Santa Catarina. Embora o acordo de Palmas, assinado em 1895 tivesse posto fim à questão, a desconfiança por parte das autoridades brasileiras com um suposto descontentamento argentino persistia. A invasão, porém, nunca ocorreu.

Como a invasão nunca aconteceu, a estrada de ferro passou a ser a estratégia adotada pelo governo e poderosos grupos econômicos para introduzir na região novas relações capitalistas ligadas ao modelo monopolista que se instalava com a República. Devemos entender que o governo era representado pelos coronéis, “chefe municipal de prestígio e a ele cabia todo poder decisório ao nível do município: econômico, político, judicial, policial. De ‘fuga da moça’ a crime de assassinato, o ônus da culpa, a seriedade do julgamento, ou a certeza da impunidade, tudo dependia do Coronel” (TREVISAN, 1982, p. 24). Sua origem vem do período Regencial, quando grandes fazendeiros passaram a receber títulos de coronéis, e a ter autorização do governo central para que possuíssem gente armada a seus serviços, para garantir a manutenção da “ordem pública”. Defendiam um pensamento extremamente conservador e reacionário, “entre outras, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais” (LEAL, 1975, p. 20). Segundo Paulo Pinheiro Machado (2004, p.90-1),

O coronelismo é caracterizado pelos historiadores e demais cientistas sociais como um fenômeno político essencialmente ligado ao período da Primeira República (1889-1930). Mas podemos considerar que esta prática política – que expressou o poder local dos grandes fazendeiros – vigorou em muitas regiões do país, tanto antes da República como muito após a chamada Revolução de 1930. Derivada do termo “coronel”, a mais alta patente concedida pela Guarda Nacional, o coronelismo, ou poder local dos grandes proprietários rurais e comerciantes, encontrou no primeiro sistema político republicano amplas condições de autonomia, adequadas ao exercício de mando local e regional, até mesmo como base para as situações (e oposições) políticas estaduais.

Portanto, na Guerra do Contestado, a expulsão da população cabocla contou com a participação da política coronelista que imperava na região através dos fazendeiros estabelecidos. Estes também viam o caboclo como empecilho para a expansão de suas propriedades e só o consideravam um serviçal de seus interesses nas tarefas rotineiras das fazendas. Os fazendeiros e seus jagun-

ços, aliados às tropas oficiais, cumpriram papel central na repressão e dizimação da população revoltosa.

Desta forma, o coronelismo exerceu influência decisiva na revolta da população local. A ganância e o mandonismo do coronel não deixou outra alternativa para o excluído caboclo, que não fosse o enfrentamento, deflagrando, assim, a luta pela terra, denominada de Guerra do Contestado. “Compreende-se afinal como, numa sociedade economicamente diferenciada e autocrática, que postula e ao mesmo tempo nega ao homem pobre o reconhecimento de sua condição humana, abrem-se veredas para o seu desvencilhamento e porque este processo se radicaliza” (FRANCO, 1976, p.101).

Para agravar a situação, foi feito pelo governo brasileiro o acordo com a multinacional Brazil Railway Company, autorizando a construção da ferrovia em troca de terras numa extensão de 15 quilômetros de cada lado da estrada. A empresa possuía autorização para retirar e exportar a madeira, que era a principal riqueza da região, e vender as terras a colonos imigrantes, interessados em povoar a área. A que a mesma empresa encarregou-se de constituir uma companhia subsidiária, a Southern Brazil Lumber and Colonization Company, que viria a estabelecer na região o maior complexo madeireiro e colonizador da América Latina. “Estabeleceu ainda uma série de contratos com diversos fazendeiros, através dos quais estes cediam à empresa os pinheiros e as madeiras de lei que havia em suas terras” (QUEIROZ, 1981, p. 73-4). Como consequência, ocorreu a expulsão das terras de milhares de caboclos que não possuíam, conforme a Lei de Terra nº 601 de 18 de setembro de 1851, o título de propriedade.

Os caboclos expulsos das terras passaram a viver em acampamentos ou redutos, como eram chamados esses locais, e sob a liderança de uma personalidade religiosa denominada de Monge, na época do conflito – José Maria. Com o tempo, foram expulsos dos redutos pelos coronéis, que em conluio com as forças econômicas e governamentais apropriaram-se das terras.

Além da agressão que se dá com a retirada da terra e a consequente expulsão do caboclo, à base de muita violência, evidencia-se também uma imposição de valores alheios ao modo de vida do caboclo e que está de acordo com a lógica do desenvolvimento capitalista. Sobretudo, “a transformação da terra em bem de produção acarretou a institucionalização da propriedade privada, em detrimento da simples ocupação ou posse” (AURAS, 1995, p. 43), como ocorria desde há muito tempo e até a chegada da nova ordem capitalista. A lógica da apropriação não só causa estranhamento, mas soa também como uma agressão ao caboclo, que se revolta principalmente ao ver as terras que habitava serem vendidas pelas companhias colonizadoras a colonos imigrantes. O caboclo, além do fato de passar a ser tratado como intruso, é estigmatizado pelo colonizador, e seus hábitos e tradições são desrespeitados. Estes fatores, aliados a um movimento messiânico de crença na ressurreição e na instauração de um reinado de paz, justiça e fraternidade, formaram os principais ingredientes para a eclosão da Guerra do Contestado.

A inferioridade bélica frente a um exército poderoso, patrocinado, primeiro, pelos governos do Paraná e Santa Catarina e, depois, pelo efetivo nacional, levou os caboclos a recorrerem a forças sobrenaturais, encontrando amparo na crença em figuras religiosas que há muito peregrinavam pela região. O messianismo se instaura principalmente após a morte do monge José Maria no combate do Irani, a primeira batalha do Contestado. Em outubro de 1912, depois de expulso da região de Curitiba, um grupo de peregrinos alijados de suas terras defrontou-se com o regimento paranaense, que entendia a ocupação cabocla como invasão catarinense a um território cujos limites estavam em litígio. A disputa de território entre os dois estados tem origem no desmembramento do Paraná da então província de São Paulo, em 1853. As forças políticas do Paraná entendiam como de propriedade do novo estado todo o território ao sul antes pertencente a São Paulo, entendimento com o qual Santa Catarina não concordava. A questão que dá nome ao Contesta-

do só é solucionada através de um acordo de limites em 1916, ano em que também finda a Guerra. Durante esse período, os interesses políticos de Paraná e Santa Catarina também se somaram às causas do conflito.

O principal fato da batalha do Irani foi a morte do coronel João Gualberto, chefe do regimento paranaense, e do monge José Maria, líder dos caboclos. No primeiro caso, porque aguça as forças militares contra a população revoltosa. No segundo, porque desperta nos caboclos uma força sobrenatural a partir da crença de ressurreição do monge, elevado à condição de messias.

O messianismo presente no Contestado é facilmente explicável quando se leva em consideração a situação dos excluídos. Sem condições militares, materiais e culturais para vencer os inimigos, recorrem ao sobrenatural, ao poder de uma força divina que no mínimo os colocasse em condições de igualdade numa guerra que se configurava como inevitável. Como expressa Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969, p. 316),

[...] a expressão assumida pela guerra não podia ser outra, senão a que lhes era dada pelas imagens religiosas. A elevação do monge José Maria a um símbolo da salvação é plenamente justificável, pois o monge, que já havia sido eleito sucessor de João Maria, figura que veneravam como a um Deus, agora chegava ao extremo de morrer 'por eles'.

A atitude do monge, por mais enigmáticas que sejam as razões que a motivou, dificilmente teria levado a outro caminho que não a crença de se estar na presença de um novo cristo. O misto de exaltação e revolta eliminou qualquer possibilidade racional de se entender o que realmente estava acontecendo. Associado a isto, há que se levar em consideração a total falta de escolaridade da população cabocla, que vivia isolada de tudo e de todos, numa época e região em que os valores mágicos e religiosos perpassavam aos conhecimentos científicos. Assim, vale a citação de Wanderley Laconte (1991, p. 18) para quem

[...] o messianismo (com a conseqüente elevação do monge a um símbolo de esperança) resulta do fato de terem se esgotado as possibilidades de resolução dos problemas através das

práticas humanas. Ou seja, o sujeito de uma proposta de conversão para a salvação ganha corpo quando as leis, a política e as instituições sociais não cumprem as funções para as quais foram criadas.

Foi desta forma que o messianismo tornou-se ingrediente central na Guerra do Contestado. Sua presença deve ser compreendida em sua época. Há um século atrás o habitante da região contestada, vivia no mais absoluto abandono por parte das autoridades. Até mesmo a Igreja católica, única permitida a atuar no país – naquela época - pouca importância dava ao caboclo, que vivia embrenhado nos mais distantes rincões. Assim, justifica-se a crença em um messias salvador, pela única possibilidade de salvação do corpo e da alma. Compreende-se também porque o caboclo, com armas de pau e facão, enfrentou o exército que, na época, já possuía armamento moderno como canhão e metralhadora. Nessas condições não haveria mínima possibilidade de vitória, mas o caboclo estava armado na crença da imortalidade da alma, ou seja, acreditava que a morte seria apenas uma passagem para outra vida, mas para conquistá-la era necessário que se lutasse em nome do messias salvador, que no Contestado era representado pelo Monge.

Além dos aspectos místicos, políticos e econômicos, que levaram o caboclo à Guerra, é preciso entender, ainda, a relação do caboclo com a cultura da erva-mate. No início do século XX, a região do planalto norte-catarinense, nos vales dos rios Negro e Iguaçu, era coberta de ervais nativos, “onde a folha de erva-mate era colhida de ervais em sua maioria devolutos, beneficiada por caboclos e vendida a comerciantes das vilas mais próximas” (MACHADO, 2004, p. 133).

Com a expansão do comércio da atividade ervateira, tem início um aumento do processo de exploração. Muitos fazendeiros passam também a explorar sua produção. “Os coronéis, que antes não se importavam, passaram a fazê-lo com seus peões e a coibir a entrada de alheios. Passaram ainda a cobrar parte da produção, quando não podiam realizá-la” (VALENTINI, 1998, p. 37). O próprio go-

verno estabelece uma maior fiscalização e intensifica a cobrança de impostos. Isso tudo passa a ocorrer porque a erva-mate torna-se “o principal artigo de exploração do estado de Santa Catarina entre o final do século XIX e início do XX” (MACHADO, 2004, p. 134).

Mas esta atividade entra em decadência, a partir da segunda década do século XX, principalmente porque a exportação para Argentina e Chile, que eram os maiores importadores, tem uma elevada queda. Com a conseqüente diminuição nas exportações, uma crise acentuada ocorre na região e quem mais sofre é o caboclo, que tinha na atividade ervateira sua única fonte de renda. E como os ervais perdem valor, irão sofrer uma agressão ainda maior, principalmente quando se tem início a exploração da madeira, com a instalação do complexo madeireiro da Lumber, de Percival Farquhar, promoverá uma verdadeira destruição nos ervais nativos, acabando de vez o único meio de subsistência do caboclo e aumentando ainda mais sua revolta.

A Guerra do Contestado ocorre neste quadro conjuntural de dominação política exercida pelos coronéis. Quando necessário foi utilizado do aparato do Estado para legitimarem seu poder de mando e das novas forças econômicas advindas do empreendimento da empresa construtora da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, que exclui e destrói as bases de subsistência da população local.

Os caboclos do Contestado, mesmo enfrentando uma situação totalmente adversa não se intimidaram e enfrentaram o exército da recente república brasileira. “Os dados levantados assinalam a participação de mais da metade do exército republicano brasileiro, a utilização de armamento pesado e operações que envolveram o pioneirismo da aviação militar em operações de guerra” (VALENTINI, 1998, p. 183). Além de todo o aparato militar os caboclos tiveram que enfrentar os coronéis e as estruturas estaduais locais, para defender a terra que habitavam e da qual tiravam sua subsistência. Como relata Marli Auras (1995, p. 169), “O conflito armado ocorreu como resposta do poder republicano à ousadia dos sertanejos de procurar fazer frente ao avanço das relações capitalis-

tas na região. Uma questão de cunho eminentemente social foi considerada pelos governantes como um caso policial”.

Apesar da resistência e das muitas batalhas enfrentadas ao longo de quatro anos de luta, a população cabocla foi derrotada na Guerra do ponto de vista militar e, em parte, dizimada pelas forças repressivas. Os números são contraditórios, mas estima-se que perto de 20 mil pessoas tenham sido mortas, um número bastante expressivo numa época em que os habitantes da região eram estimados em torno 50 mil. Com toda a catástrofe humana ocorrida, a Guerra do Contestado passa a ser um referencial de resistência do camponês contra o avanço das forças capitalistas que ampliam sua área de atuação no Brasil a partir do início do século XX.

O caboclo, desta forma, passa a ser personagem de importante conflito social e torna-se sujeito da história, embora esta condição lhe tenha sido negada por décadas. O silêncio que lhe foi imposto através da ideologia do vencedor impôs-lhe também a culpa pelo mal que ocorreu durante a Guerra, devido aos interesses políticos e econômicos que permearam o conflito.

Portanto, a Guerra do Contestado é o divisor de águas de dois modelos de desenvolvimento econômico da região, pois até o início do século XX, o que acontecia nos sertões catarinenses era uma ocupação cabocla originária da miscigenação de portugueses, índios e negros, que viviam de uma economia voltada à atenção das necessidades de subsistência. Após a Guerra, com a consequente derrota do caboclo, tem início a venda de lotes de pequenas propriedades de terras para as famílias de descendentes de imigrantes, principalmente italianos e alemães, trazidos do Rio Grande do Sul, pelas Companhias Colonizadoras, que passam a desenvolver uma economia voltada a integrar a lógica do mercado capitalista. É a partir deste marco que muda o perfil socioeconômico e cultural da região oeste de Santa Catarina, pois os migrantes trazidos do Rio Grande do Sul pelas Companhias Colonizadoras trazem na bagagem o sonho da riqueza, coisa que o caboclo nunca almejou, pois sua lógica era a sobrevivência e nunca a acumulação de riqueza.

## Notas

\* Artigo produzido a partir de pesquisa em andamento para Tese de Doutorado em História – UNISINOS – São Leopoldo/RS.

\*\* Professor da Universidade do Contestado - Concórdia, mestre em Educação e doutorando em História pela UNISINOS - São Leopoldo/RS.

## Referências

AURAS, Marli. **A Guerra Sertaneja do Contestado**: organização da Irmandade Cabocla. Florianópolis: Cortez, 1995.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Ática, 1976.

LACONTE, Wanderley. **O messianismo no Contestado**. In: D'ANGELIS, Wilmar. Contestado. São Paulo: FTD, 1991.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo, no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. **Réforme et Révolution dans les Sociétés Traditionnelles**, Histoire et Ethnologie des Mouvements Messianiques, Paris : Éditions Anthropos, 1969.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social**: (a Guerra Sertaneja do Contestado: 1912-1916). São Paulo: Ática, 1981.

TREVISAN, Leonardo. **A República Velha**. São Paulo: Global, 1982.

VALENTINI, Delmir José. **Da cidade santa à corte celeste**: memórias de sertanejos e a guerra do contestado. Caçador: Universidade do Contestado-UnC, 1998.